



Maílson anuncia o acordo externo

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, anunciou ontem, a conclusão das negociações entre o Governo e os credores internacionais para o reescalonamento da dívida externa de médio e longo prazo — 5,2 bilhões de dólares referentes aos juros vencidos em 1987, 1988 e parte (até junho) de 1989; e 63,6 bilhões de dólares, o total devido aos bancos privados. O comunicado conjunto, que deverá ser feito simultaneamente em Brasília e Nova Iorque, aguarda apenas, segundo o ministro, uma decisão interna dos bancos: como eles acertarão entre si o desembolso que caberá a cada um para compor o total dos 5,2 bilhões de dólares.

Para pagar os 5,2 bilhões de dólares, o Governo terá 12 anos de prazo e cinco anos de carência, juros de mercado e spread (taxa de risco) de 0,8125; e prazo de 20 anos com oito anos de carência e juros mais spreads de 0,8125 para pagar os 63,6 bilhões de dólares. Todos os pontos pendentes foram acertados, destacou Maílson da Nóbrega, até mesmo a questão do arreto dos bens brasileiros, caso o Governo deixe de pagar aos bancos. O ministro não trouxe em detalhes sobre o assunto, pedindo paciência até o anúncio oficial do protocolo de negociação (term sheet), que será feito o mais breve possível, mas garantiu que as reservas cambiais brasileiras foram satisfatoriamente protegidas no contexto do acordo global acertado com os bancos.

Concluída a negociação da dívida externa, o Brasil, frisou o ministro, iniciará imediatamente o pagamento dos juros atrasados aos credores, desembolsando, de saída, entre 300 a 400 milhões de dólares referentes aos juros vencidos de março. Em entrevista, domingo, no programa Crítica e Autocrítica, ele anunciou que ainda esta semana o Governo autorizaria o pagamento dos juros, para normalizar o mais rápido possível as negociações com os credores.

O titular da Fazenda ressaltou que do total dos 5,2 bilhões de dólares, uma parte financiará o comércio, outra pagará compromissos assumidos com o Banco Mundial, outra servirá para garantir lançamento de bônus brasileiro no mercado externo, e outra garantirá a conversão da dívida em investimento, sem deságio. Não deu maiores detalhes sobre quanto será destinado a cada um destes itens.

Os economistas do Ministério da Fazenda informam, no entanto, que dos 5,2 bilhões de dólares, 3 bilhões de dólares estão comprometidos com a amortização do empréstimo-ponte feito em dezembro de 1987, para que o País saísse da moratória. Dos 2,2 bilhões de dólares restantes, um bilhão será usado para pagar juros atrasados de 1987, conforme entendimento assinado em novembro do ano passado. Restaria, portanto, apenas 1,2 bilhão de dólares, dos quais apenas 600 milhões seriam integralizados ainda este ano. Em termos líquidos, o volume de "dinheiro novo" estaria reduzido a 600 milhões, o que representa cerca de 6 por cento da conta de juros ou 9 por cento dos juros a serem pagos aos bancos comerciais estrangeiros.

Satisfeita, o ministro da Fazenda disse que o Governo venceu duas etapas difíceis da negociação externa, a primeira com os bancos, concluída ontem, faltando apenas o comunicado conjunto, e o acordo com o Fundo Monetário Internacional cuja direção se pronunciaria sobre o programa que já teve parecer favorável dos técnicos que

estiveram no País e voltaram esta semana para concluir levantamentos finais dos números da economia. A próxima etapa, agora, destacou, será o reinício das negociações com o Clube de Paris, que deverão ser iniciadas em fins de julho ou início de setembro, porque agosto é período de férias no hemisfério norte.

A previsão de Maílson da Nóbrega é de que o Governo poderá obter recursos externos no mercado a partir do primeiro semestre de 1989, inaugurando uma nova fase da economia, depois de estar afastado do mesmo desde 1983, quando não conseguiu mais levantar dinheiro junto aos bancos.

RESISTÊNCIA AO ACORDO

Quanto à criação de um comando nacional de resistência ao pagamento da dívida externa, criado ontem no Congresso, durante seminário sobre a dívida, por parlamentares do PMDB contrários à atual negociação empreendida pelo Governo, Maílson da Nóbrega comentou que dificilmente os que contribuíram para a realização de uma negociação que fracassou, a que levou o País à moratória, farão uma autocrítica. Lembrou que somente o economista Inácio Rangel, integrante do Governo JK, foi capaz de fazer autocrítica sobre negociação da dívida que considerou errada, no seu tempo. Isso é normal, reconheceu o ministro, "eles" — indiretamente faz referência aos que apoiaram o Plano Cruzado e a decretação da moratória — vão insistir que agiram corretamente.